

## COORDENADORIA GERAL DE CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS - COGEPS

### EDITAL nº 069/2018-COGEPS

#### **RESULTADO DA ANÁLISE DOS RECURSOS CONTRA O GABARITO PROVISÓRIO DA PROVA ESCRITA (OBJETIVA) DO 2º PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS2-2018 PARA CONTRATAÇÃO DE AGENTE UNIVERSITÁRIO POR PRAZO DETERMINADO DA UNIOESTE.**

O Coordenador Geral de Concursos e Processos Seletivos - COGEPS no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando;

- os itens de 14.41 a 14.45 do Edital nº 032/2018-GRE, de 11 de maio de 2018;
- os gabaritos provisórios publicados pelo Edital nº 063/2018-COGEPS, de 25 de junho de 2018;
- as respostas dos recursos referentes às questões da Prova Escrita (Objetiva) apreciados, fundamentados e respondidos pelos docentes contratados pela COGEPS/UNIOESTE;

#### **TORNA PÚBLICO:**

**Art. 1º** - O resultado da análise dos recursos contra o gabarito provisório da Prova Escrita (Objetiva) do 2º Processo Seletivo Simplificado – **PSS2-2018** para contratação de Agente Universitário por prazo determinado da UNIOESTE, conforme descrito no anexo deste edital.

**Art. 2º** - Os gabaritos definitivos serão publicados, **até as 17h do dia 05 de julho de 2018.**

Publique-se e Cumpra-se.

Cascavel, 05 de julho de 2018.

CARLOS ROBERTO CALSSAVARA  
Coordenador Geral de Concursos e Processos Seletivos  
Portaria 0987/2012-GRE

## PORTUGUÊS - SUPERIOR

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
01	<input checked="" type="checkbox"/> Manter	<input type="checkbox"/> Anular	<input type="checkbox"/> Alterar
<b>RECURSO 01</b> – O fato do casal aparentar mais de 70 anos por si só não haveria surpresa ou estranhamento se o beijo trocado não fosse de amor. Assim sendo o gabarito propõe a questão "E". Não resta dúvida que este aspecto está intrínseco no texto mas não haveria surpresa e a estória toda se desenrolaria com naturalidade e não causaria qualquer surpresa se o beijo trocado não fosse de amor conforme propõe a questão "A" baseado no exposto proponho primeiro que a questão seja cancelada por não ter a opção de "A" e "E" ou que a questão "A" seja considerada correta pois reforço a troca de um beijo ingênuo entre um casal de mais de 70 anos, simplesmente pela faixa etária não conduz nenhuma surpresa e nenhum estranhamento bem como não levaria a autora as demais reflexões descritas no texto.			
<b>RESPOSTA AO RECURSO:</b> A questão número 1 faz referência ao poeta Drummond e não tem nada a ver com o fato do casal se beijar na rua em plena luz do dia. Recurso não procede.			

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
04	<input checked="" type="checkbox"/> Manter	<input type="checkbox"/> Anular	<input type="checkbox"/> Alterar
<b>RECURSO 01</b> – A banca considerou a letra (E) a alternativa correta. No entanto, segundo o dicionário da língua portuguesa APARENTAR é um verbo transitivo que expressa sentido de ter a aparência, parecer, assemelhar, semelhar, demonstrar, apresentar, expor, tornar semelhante. Ao contrário disso a palavra no texto descreve "Um casal - ambos seguramente com mais de 70 anos" SEGURAMENTE é um advérbio que expressa certeza, segurança, que não possui erro, evidente. Assim, requer a avaliação das ponderações apresentadas, de modo a promover a anulação da questão.			
<b>RESPOSTA AO RECURSO:</b> A questão NÃO gira em torno do significado do verbo APARENTAR. E além disso, o dicionário não é o guardião do sentido das palavras. A questão diz respeito à surpresa da narradora diante do beijo trocado em plena luz do dia. A resposta correta é a alternativa E. Segundo o texto "Não é em qualquer lugar do mundo que duas pessoas mais velhas se beijam no meio da rua, um beijo ardente, com tamanho despudor. É preciso ter em torno uma cidade lasciva, irreverente, docemente permissiva e sensual. E que bom que o Rio é um cenário assim.", portanto é a idade do casal que produz estranhamento. O recurso não procede.			

## CONHECIMENTOS GERAIS - SUPERIOR

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
14	<input checked="" type="checkbox"/> Manter	<input type="checkbox"/> Anular	<input type="checkbox"/> Alterar
<b>RECURSO 01</b> – O gabarito provisório considerou como sendo a alternativa INCORRETA o item C, porém, o item B da mesma questão também está INCORRETO, pois, quando se refere a numeração do Estatuto do Idoso, o item descreve: (lei 10.471/03), sendo que, a			

numeração correta desta lei é: (lei 10.741/03). Desta forma, solicito a anulação da questão.

**RECURSO 02** – No gabarito provisório a alternativa correta para a questão 14 é a "C". Porém, na alternativa "B" está incorreta a numeração da lei referente ao Estatuto do Idoso, consta 10.471/03 e o correto seria 10.741/03. Como o enunciado pede a alternativa Incorreta a letra "B" atenderia o solicitado. Portanto, solicito a anulação da questão.

**RESPOSTA AO RECURSO:** Resposta da 14: A alternativa A, afirma que "constitui CRIME previsto no ECA..." A alternativa está incorreta uma vez que os atos praticados NÃO CONSTITUEM CRIMES e sim INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS, conforme previsão do art. 245 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Manter a questão.

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
	15	( ) Manter	(X) Anular
<p><b>RECURSO 01</b> – A questão letra C está incorreta, pois segundo o próprio IBGE, em nenhum momento cita que Zacarias Dias Côrtes foi a Uruguai em busca de ouro, somente diz que ele foi o descobridor dos Campos de Palmas. Na procura de alguns livros e enciclopédias para a veracidade da afirmação encontra-se somente interesse por ouro no RIO Uruguai, segundo Gazzinelli (2006), atribui-se a Zacarias Dias Côrtes a "Descoberta dos Campos de Palmas", quando este, por volta de 1720, teria desbravado a região até a cabeceira do rio Uruguai em busca de ouro. Esta afirmação pode ser encontrada também no site da Prefeitura Municipal de Palmas (BANNAKE, 2011) e em uma página de notícias local (REDAÇÃO RBJ, 2016), além em tantos outros sites quando se é feito a busca. Lembrando que a nascente (cabeceira) fica no Rio Grande do Sul. Segundo Wasserman e Schmidt (1996) em 1720 Uruguai fazia parte do Vice-Reino do Peru, mais tarde ao Vice-Reino do Rio da Prata, em seguida a Liga dos Povos Livres, tornou-se território brasileiro com a província cisplatina para finalmente a independência do Uruguai, que se deu em 1825, aproximadamente 100 anos depois do acontecimento citado na afirmação. Ressalta-se então que: Primeiro, a fonte da questão (IBGE) está incorreta, pois não há livros, dados, páginas da internet e afins que confirmem a afirmação de que Zacarias foi a Uruguai em busca de ouro; Segundo, em outros livros, páginas de internet e afins confirmam que ele estava em busca de ouro, porém na nascente do RIO Uruguai que fica no sul do Brasil e; Terceiro, Uruguai nem "existia" quando aconteceu o descobrimento dos Campos de Palmas, logo como alguém iria para um lugar que teoricamente não existe? REFERÊNCIAS BANNAKE, Paulo. Assessoria de Comunicação da Prefeitura Municipal de Palmas - Paraná (Ed.). Palmas completa 132 anos: uma história de lutas e conquistas. 2011. Disponível em: &lt;<a href="https://pmp.pr.gov.br/website/noticias.php?id=407">https://pmp.pr.gov.br/website/noticias.php?id=407</a>&gt;. Acesso em: 26 jun. 2018. GAZZINELLI, Gabriel; CULTURA, Ministério da. Estado e sociedade construindo políticas públicas de cultura: subsídios, documentos, contribuições, resultados e anexos. Brasília: Ministério da Cultura, Secretaria de Articulação Institucional, 2006, 2006. 572 p. REDAÇÃO RBJ (Palmas). Rbj (Org.). Presidente do TJ autoriza licitação para novo fórum da Comarca de Palmas/PR.2016. Disponível em: &lt;<a href="https://rbj.com.br/geral/presidente-tj-autoriza-licitacao-para-novo-forum-da-comarca-de-palmaspr-1707.html">https://rbj.com.br/geral/presidente-tj-autoriza-licitacao-para-novo-forum-da-comarca-de-palmaspr-1707.html</a>&gt;. Acesso em: 28 jun. 2018. WASSERMAN, Cláudia; SCHMIDT, Benito Bisso. História da América Latina: Cinco</p>			

séculos: temas e problemas. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1996. 223 p.

**RECURSO 02** – O gabarito aponta como certa a alternativa A, a questão pedia para assinalar a alternativa INCORRETA FUNDAMENTOS: A alternativa C também está incorreta, ela diz: "Segundo dados do IBGE, a descoberta dos chamados Campos de Palmas, ocorreu nos anos de 1720. Destaca-se a figura de Zacarias Dias Côrtes, bandeirante que passou pela região em busca de ouro no Uruguai." "No Uruguai", como foi escrito, significa no país Uruguai. Na história, em nenhum momento foi relatado que Zacarias Dias Côrtes passou pelo País Uruguai, mais sim, pelo RIO URUGUAI, no Estado de Santa Catarina. Referência 1: "Atribui-se a Zacarias Dias Côrtes a descoberta dos "Campos de Palmas" (sudoeste paranaense) quando, por volta de 1720 – 1726 teria desbravado a região até a cabeceira do Rio Uruguai em busca de ouro. Nesta expedição estava em companhia do cunhado, João Carvalho de Assunção, e de netos de Mateus Martins Leme. Também demarcou o rio Chapecó, àquele tempo denominado Inhanguera. A expedição de Zacarias Côrtes foi a primeira a percorrer o sertão à cata de ouro, na região entre os Rios Iguazu e Uruguai, a Serra do Mar e os Campos de Palmas. Permaneceu longo tempo no sertão e após se fixou nas lavras do Arraial Grande (atual São José dos Pinhais), nas proximidades de Curitiba e neste local, presume-se, veio a falecer em data ignorada. Na sua passagem pelos Campos de Palmas fez contato com um grupo indígena, os Biturunas, que habitava a região próxima ao Rio Chopim. Descobriu o metal precioso na serra de Ibituruna, no rio do mesmo nome, afluente do Rio Uruguai e como não havia dado ciência ao governo de suas descobertas auríferas, a câmara de Curitiba o intimou a pagar os quintos reais do ouro extraído, sendo também intimado a descrever o percurso de sua expedição, levantando uma planta que foi utilizada, anos mais tarde, pelo Barão do Rio Branco para resolver a pendência entre Brasil e Argentina; foi árbitro desse litígio o ex-presidente americano Grover Cleveland que, com justiça e por direito, decidiu a questão em favor do Brasil." Bibliografia: NICOLAS, Maria. Sertanistas do Paraná: Os Esquecidos. Curitiba, 1981. 131 p. Grande Enciclopédia Larousse Cultural. São Paulo: Nova Cultura Ltda., 1998. Grande Enciclopédia Delta Larousse. Rio de Janeiro: Editora Delta S.A., 1971. v.5 p. 1928. Referência 2: "Os primeiros grupos humanos a penetrarem em território de Santa Catarina foram grupos caçadores e coletadores, que teriam atingido a região através do Rio Uruguai por volta de 5.500 a. C." (BACK apud SANTOS, 1973, P. 28) "Recente pesquisa sobre os sítios arqueológicos da Bacia do Uruguai (UFSC, 1983) levanta dados que confirmam a citação acima. A intersecção da história indígena com a dos colonizadores brancos começa no ano de 1720, quando chegou até o Rio Inhanguera, atual Rio Chapecó, o bandeirante Zacarias Dias Cortes." O Rio Chapecó é afluente do Rio Uruguai. Bibliografia: ROSSETTO, S. Síntese histórica da região oeste. CEOM, v.1, n.1, 1986 reeditado no v. 4, 1989. JÚNIOR, Victor Antônio Peluso. O relevo do território catarinense. Geosul, v. 1, n. 2, p. 7-69, 1986. Referência 3: "Assim, por volta de 1720, passa por ali o bandeirante Zacarias Dias Cortes." Ali se refere à região Catarinense, por onde passa o Rio Uruguai. Bibliografia: CORAZZA, Gentil. Traços da formação socioeconômica do oeste catarinense. Encontro de Economia Catarinense, 2013.

**RESPOSTA AO RECURSO:** A alternativa assinalada como correta não consta a palavra RIO para se referir a Uruguai. Trata-se do Rio Uruguai e não o país, o que o gerou duplicidade de alternativas incorretas. Invalidar a questão.

## CONHECIMENTOS ESPECIFICOS DO CARGO DE ADMINISTRADOR

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
27	(X) Manter	( ) Anular	( ) Alterar
<p><b>RECURSO 01</b> – Solicito anulação da questão 27 por obter duas respostas corretas possíveis. Justifico: quando a banca solicita que respondamos qual resposta errada para questões ética que podemos esperar de administradores públicos, a resposta "D" está correta de acordo com o gabarito provisório. Entretanto, a resposta "C" também está verdadeira por apresentar um princípio da administração pública errôneo quando em acordo com o texto que esta alternativa traz. "Que todo ato de um administrador trate todos como iguais perante a lei, sem discriminação por amizade ou parentesco, e sem qualquer discriminação de gênero, de religião, de raça". Este trecho relata o princípio da impessoalidade e não da transparência ou publicidade como descrito. Portanto, temos duas respostas com informações relevantes para uma resposta final à questão.</p>			
<p><b>RESPOSTA AO RECURSO:</b> De acordo com o candidato não há dúvida que o gabarito é a letra d. também não há dúvida de que não fazem parte do gabarito as letras "a", "b" e "e". Ainda de acordo com o candidato, nesta questão 27, que trata da ética profissional de administradores públicos, a letra "c" também poderia ser considerada gabarito (enquadrando-se como exceto) pois a parte final da resposta, entre parênteses, cita dois princípios a serem seguidos pelos administradores no exercício de tarefas que envolvem suas competências, pois esses princípios não são a explicação de parte do texto da resposta, invalidando-a como texto correto quanto à sua utilização como atividade ética. Em resposta ao candidato, informa-se que o texto do item "c" está de acordo com o comportamento ético. O que está entre parênteses, utiliza dois princípios a serem seguidos e que, em parte, correspondem a conceitos referente ao texto do item "c". Isso ocorre em outro item, como na letra "e" que exemplifica o que são "tarefas bem-feitas", sem exauri-las. Portanto, a análise do candidato deveria ter sido no sentido lato (amplo) da resposta quanto às questões éticas. Em sentido stricto (restrito), fosse a questão uma identificação do texto com o seu princípio constitucional correspondente (único), talvez o candidato pudesse, em parte, ter razão. Mas não é o caso. Isso pode-se denotar do enunciado (que vem logo na sequência do texto base), a saber: "com referência às questões éticas de administradores públicos, pode-se esperar, exceto". ou seja, é com base nesse enunciado que as alternativas deveriam ter sido analisadas.</p> <p>Em complemento:</p> <p>1.além do texto completo da alternativa "c", que deve ser seguido por administradores em suas decisões éticas (e não há dúvidas quanto a isso), também os princípios de "publicidade e transparência" devem ser seguidos, não tornando a questão errada, enquadrando-a como exceto, como afirma o candidato. Esses princípios, de certa forma, também garantem que o exercício da atividade pública seja ético. Por exemplo, "que todo ato relativo à administração pública e realizado pelo administrador público possa</p>			

ser conhecido pelo público”, que é garantido pela publicidade dos atos do administrador público.

2. para além dos princípios constitucionais em seu sentido stricto, muitas leis estabelecem o comportamento ético, entre elas a lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, referida como -LRF-lei de responsabilidade fiscal-, recheada de aspectos que inter-relacionam princípios constitucionais. Por exemplo, no seu capítulo IX, artigo 67. também o faz a lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, artigo 116, dentre outros.

3. o texto da questão utilizou como referência o livro filosofia e ética do autor, Selvino José Assmann, do PNAP-programa nacional de formação em administração pública-, 3ª edição, 2014, utilizado no bacharelado em administração pública. o autor, ao longo do livro trata das questões éticas em sentido lato, como o faz quando trata dessas questões relativas a esta questão em discussão. cita o autor: “espera-se, por princípio geral, que toda a administração pública tenha características de correção moral mais intensas do que aquelas que se exigem de um empregado de instituição privada.”

4. em síntese, todo o texto da alternativa “c”, inclusive os princípios citados, devem ser seguidos numa condução ética no serviço público, não podendo essa questão enquadrar-se na categoria “exceto”. assim, é improcedente a recorrência do candidato e a decisão é manter a questão.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO DE MÉDICO VETERINÁRIO

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
18	( ) Manter	(X) Anular	( ) Alterar
<b>RECURSO 01</b> – A questão 18 do certame, a respeito das Boas Práticas de Fabricação (BPF) na “agroindústria”, tem como gabarito provisório a alternativa “C”, a qual afirma que “as janelas devem ser estruturadas e teladas em esquadrias de alumínio. Podem ter abertura basculante ou em movimento vertical e devem possuir área total equivalente a 20% da área da planta-baixa”. Ocorre que não há qualquer norma vigente neste sentido. As normas que regulamentam as BPF, no que diz respeito às janelas, não são específicas quanto ao material ou a área. O Regulamento Técnico Sobre as Condições Higiênico-Sanitárias e de Boas Práticas de Elaboração para Estabelecimentos Elaboradores/Industrializadores de Alimentos (PORTARIA Nº 368, DE 04 DE SETEMBRO DE 1997/MAPA) em seu item 4.1.3.7, quanto as janelas, afirma apenas que: “As janelas e outras aberturas deverão ser construídas de forma a evitar o acúmulo de sujidades; aquelas que se comuniquem com o exterior deverão estar providas de proteção contra insetos. As proteções deverão ser de fácil limpeza e boa conservação”. Da mesma forma, o Decreto Nº 9.013, de 29 de março de 2017, que dispõem sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal, também não faz referências a tais exigências, vejamos: “Art. 42 (...) XV - janelas, portas e demais aberturas construídas e protegidas de forma a prevenir a entrada de vetores e pragas e evitar o acúmulo de sujidades”; portanto, não há qualquer regulamentação que imponha o preceituado na alternativa “C”. Vale ressaltar que os fundamentos apresentados neste recurso se referem à normas vigentes e que fizeram parte do conteúdo programático do último concurso para Auditor Fiscal Federal Agropecuário – MAPA – 2017. A título ilustrativo, em visita à qualquer AGROINDÚSTRIA sediada em Cascavel (Coopavel, Globoaves ou Diplomata) não há o cumprimento de			

tal exigência de 20% de área da planta baixa em janelas. Do contrário, praticamente inexitem janelas nas áreas de manipulação de alimentos, sendo toda a ventilação e iluminação produzida artificialmente. Não se pode generalizar uma "recomendação" destinada a produção FAMILIAR de alimentos industrializados (como compotas) para todas as AGROINDÚSTRIAS. Isto posto, não havendo alternativa que responda corretamente ao enunciado da questão 18, a mesma deverá ser anulada. Referências bibliográficas: BRASIL. PORTARIA Nº 368, DE 04 DE SETEMBRO DE 1997. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Aprova o Regulamento Técnico Sobre as Condições Higiênico-Sanitárias e de Boas Práticas de Elaboração para Estabelecimentos Elaboradores/Industrializadores de Alimentos. Brasília, 04 set 1997. BRASIL. Decreto Nº 9.013, de 29 de março de 2017. Regulamenta a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, e a Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, que dispõem sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal. Brasília, 29 mar 2017.

**RESPOSTA AO RECURSO:** recurso aceito, invalidar a questão.

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
	19	( ) Manter	(X) Anular
<p><b>RECURSO 01</b> – O gabarito aponta como certa a alternativa B, a questão pedia para assinalar a alternativa CORRETA FUNDAMENTOS: A alternativa B está incorreta, ela diz: "Os fragmentos de órgãos a serem enviados ao laboratório de diagnóstico patológico devem medir aproximadamente 2x3x0,5." Os fragmentos de órgãos como está escrito, entende-se que são de TODOS os órgãos, mais, nem todos os órgãos devem ser enviados nesse tamanho. Referência 1: "Para a detecção da toxina épsilon: enviar segmento refrigerado de intestino delgado, medindo aproximadamente 15 cm de comprimento, colhido com conteúdo e amarrado nas extremidades." Bibliografia: MANUAL DE NECROPSIA, COLHEITA E ENVIO DE AMOSTRAS PARA DIAGNÓSTICO LABORATORIAL DE ENFERMIDADES DE BOVINOS AUTORAS Profa. Dra. Moema Pacheco Chediak Matos Médica Veterinária a Departamento de Medicina Veterinária - Setor de Patologia Animal Escola de Veterinária e Zootecnia - Universidade Federal de Goiás Goiânia - GO Profa. Dra. Veridiana Maria Brianezi Dignani de Moura Médica Veterinária Departamento de Medicina Veterinária - Setor de Patologia Animal Escola de Veterinária e Zootecnia - Universidade Federal de Goiás Goiânia - GO COLABORADORES Danilo Rezende e Silva Médico Veterinário Mestrando do Curso de Pós-Graduação em Ciência Animal Escola de Veterinária e Zootecnia - Universidade Federal de Goiás Goiânia - GO Mariana Batista Rodrigues Faleiro Médica Veterinária Doutoranda do Curso de Pós-Graduação em Ciência Animal Escola de Veterinária e Zootecnia - Universidade Federal de Goiás Goiânia - GO M Referência 2: "Os órgãos devem ser coletados em fragmentos de aproximadamente 6x6 cm (Barcellos et al., 2012)." Bibliografia: Mariana Boscato Menegat, Jonas Perin, Karine Ludwig Takeuti, Rafael da Rosa Ulguim. M.V., Setor de Suínos, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, BRASIL.</p>			
<p><b>RECURSO 02</b> – A questão 19 versa sobre a necropsia e coleta de tecidos para exame histopatológico. O gabarito provisório dita que a alternativa correta é a "B", que afirma que "os fragmentos de órgãos a serem enviados ao laboratório de diagnóstico patológico devem medir aproximadamente 2x3x0,5 cm. Ocorre que não existe uma regra específica</p>			

que contenha o referido dimensionamento, variando de laboratório para laboratório. Na seara oficial, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, em manual de sua autoria, preconiza que o tamanho das amostras sejam de 3x1x1 cm. Ou seja, diferente do valor afirmado na alternativa da questão. Por outro lado, amostras do tubo digestivo também não respeitam uma regra, uma vez que deve-se cortar uma amostra da circunferência do órgão. Assim, considerar a medida da amostra 2x3x0,5 cm não é correto, uma vez que não há um consenso científico a este respeito. O gabarito não pode ficar condicionado a mera vaidade do examinador. No mínimo, deve-se respeitar o preceituado pelos órgãos de maior renome nacional, como o MAPA. Desta feita, a questão deve ser anulada, uma vez que não contempla nenhuma alternativa correta. Referências Bibliográficas: Manual veterinário de colheita e envio de amostras: manual técnico. Cooperação Técnica MAPA/OPAS/ANAFTOSA para o Fortalecimento dos Programas de Saúde Animal do Brasil. Rio de Janeiro: ANAFTOSA - OPAS/OMS, 2010. Disponível em: < <http://www.fundepecgo.org.br/home/wp-content/uploads/2018/01/ManualVeterinarioDeColheitaEEnvioDeAmostras.pdf> > Acesso 29/06/2018. Página 69.

**RESPOSTA AO RECURSO:** recurso aceito, invalidar a questão.

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
20	<input type="checkbox"/> Manter	<input checked="" type="checkbox"/> Anular	<input type="checkbox"/> Alterar
<p><b>RECURSO 01</b> – A questão 20 do certame versa em seu enunciado: “O médico veterinário, incumbido de esclarecer a causa mortis de UM ANIMAL, deve possuir suficiente experiência de necropsia e de coleta de material para envio ao LABORATÓRIO DE DIAGNÓSTICO. Assim, é CORRETO afirmar que:” Inicialmente cumpre afirmar que o enunciado faz referência a UM animal, e não vários animais. Em segundo lugar, a coleta de material ao LABORATÓRIO DE DIAGNÓSTICO, ou seja, não especificamente ao laboratório de histopatologia. Feitas as devidas ressalvas, o gabarito provisório tem como resposta correta a alternativa “A”, que afirma que “a proporção a ser utilizada do fixador é em quantidade igual a 20 vezes o tamanho da amostra”. Ocorre que a referida afirmação contém inúmeros erros, senão vejamos: 1. a questão faz referência ao laboratório de diagnóstico. Portanto, dependendo do tipo de diagnóstico a ser realizado (isolamento viral, bacteriano, microbiológico, toxicológico...), não é sequer utilizado fixador, sendo em muitos casos, é crucial que o material esteja apenas refrigerado ou congelado, sem o uso de qualquer solução de fixação. Conforme a orientação da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR, “os fragmentos alvo para Raiva devem ser enviados refrigerados, CONGELAR APENAS EM ÚLTIMO CASO, pois isto pode interferir no resultado do diagnóstico da RAIVA”. 2. a alternativa “A” não faz referência a qual fixador deve ser utilizado. Sabemos que o material pode ser fixado em álcool 95%, que para citologia de líquidos, segundo Venco et. al. (2015) no Manual de Anatomia Patológica e Patologia Molecular, deve ser utilizado na proporção de 1x1 Também no caso de esfregaços em lâminas, onde a evaporação do álcool promove a fixação (p. 46, 51, 58). 3. em caso da banca exigir que o candidato presuma que se trata de fixação em solução de formol 10%, a proporção deste deve ser de 1x10 (e não 1x20 como afirma a alternativa) segundo inúmeras fontes oficiais: a) o Manual de Coleta e Remessa de</p>			



Amostras para Diagnóstico de Enfermidades de Animais Aquáticos na Rede Nacional de Laboratórios do Ministério da Pesca e Aquicultura – RENAQUA, p. 22 e 34; b) Manual de coleta e envio de amostras biológicas ao LACEN/PR, p. 158. Também tem o mesmo entendimento o Professor Doutor Matias Pablo Juan Szabó, da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, o Professor Sergio de Oliveira Silveira, da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, o laboratório TECSA, credenciado junto ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA, e o próprio MAPA, em manual de sua autoria (Manual veterinário de colheita e envio de amostras: manual técnico. Cooperação Técnica MAPA/OPASPANAFTOSA para o Fortalecimento dos Programas de Saúde Animal do Brasil). Pelos inúmeros motivos expostos, a alternativa “A” da referida questão está incorreta. Por outro lado, a questão “B” afirma que “o frasco que acondicionará o material colhido PODE ser único para várias amostras de tecido desde que suporte a proporção fixador/amostra adequada”. Considerando que o enunciado da questão 20 faz referência a coleta de material para envio de 1 “um animal”, é certo que as amostras teciduais de diferentes órgãos de um mesmo animal PODEM ser acondicionadas em um mesmo recipiente, desde que respeitadas os demais parâmetros. Os inúmeros manuais de patologia ilustram a forma correta de fixação de tecidos com frascos contendo inúmeras amostras teciduais em um mesmo frasco, basta uma rápida consulta na internet. Somente é recomendado acondicionar em recipientes separados quando as amostras são provenientes de animais diferentes ou quando existem áreas com diferentes lesões em um mesmo órgão de um mesmo indivíduo, a fim de se analisar ambas as amostras, possibilitando diagnóstico de múltiplas patologias em um mesmo animal. Desta feita, o gabarito da questão 20 do certame deve ser alterado, considerando como a resposta correta a alternativa “B”. Subsidiariamente, caso a banca examinadora insista que a alternativa “B” não está correta, requer que a referida questão seja anulada, uma vez que a alternativa “A” também não está correta, indo de encontro a regulamentação oficial vigente. Referências Bibliográficas Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR. Como enviar amostras para Diagnóstico Animal. Disponível em <<http://www.adapar.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=440>>, acesso em 29/06/2018). Laboratório TECSA. Coleta e remessa de material para exames histopatológicos e imunohistoquímicos. Disponível em <http://www.tecsa.com.br/assets/pdfs/Coleta%20e%20Remessa%20de%20Material%20para%20Exames%20Histopatologicos%20e%20Imunohistoquimicos.pdf>, acesso em 29/06/2018. Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Como enviar materiais para diagnóstico. Disponível em <<http://www.hospitalveterinario.ufu.br/node/102>>, acesso em 29/06/2018. Universidade Federal de Santa Maria. Orientações para prática de laboratório. Página 20. Disponível em <<http://w3.ufsm.br/labhisto/trabalhos/t%DAcnica%20de%20histologia.pdf>>, acesso em 29/06/2018. VENCO, F. et. al. Manual de Anatomia Patológica e Patologia Molecular. 1º Edição 2015, página 10 e 50. Material para download disponível em <<http://www.diagnostika.med.br/br/p/93/manual-de-anatomia-patologica.aspx>>, acesso em 29/06/2018. Manual veterinário de colheita e envio de amostras: manual técnico. Cooperação Técnica MAPA/OPASPANAFTOSA para o Fortalecimento dos Programas de Saúde Animal do Brasil. Rio de Janeiro: PANAFTOSA - OPAS/OMS, 2010. Disponível em: <<http://www.fundepecgo.org.br/home/wp->

content/uploads/2018/01/ManualVeterinarioDeColheitaEEEnvioDeAmostras.pdf> Acesso 29/06/2018. Página 69.

**RECURSO 02** – O gabarito aponta como certa a alternativa A, a questão pedia para assinalar a alternativa CORRETA FUNDAMENTOS: A alternativa B também está correta, ela diz “O frasco que acondicionará o material colhido pode ser único para várias amostras de tecido desde que suporte a proporção fixador/amostra adequada.” Referência 1: “Todos os órgãos podem ser acondicionados no mesmo frasco de formol, desde que o volume de formol seja dez vezes maior que o volume de tecido (Thomson, 1983; Muñoz et al., 2007, Barcellos et al., 2012).” Bibliografia: Mariana Boscato Menegat, Jonas Perin, Karine Ludwig Takeuti, Rafael da Rosa Ulguim. M.V., Setor de Suínos, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, BRASIL.

**RESPOSTA AO RECURSO: recurso aceito, invalidar a questão.**

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
21	<input type="checkbox"/> Manter	<input type="checkbox"/> Anular	<input checked="" type="checkbox"/> Alterar para “E”
<p><b>RECURSO 01</b> – A questão 21 do certame comanda o candidato a marcar a afirmativa correta a respeito dos sistemas de produção do “Boi Orgânico” e do “Boi Verde”. Segundo o gabarito provisório, a resposta correta é a alternativa “B” que afirma que “é permitida a SUPLEMENTAÇÃO EXCLUSIVAMENTE com alimentos de origem vegetal”. Todavia, segundo a Instrução Normativa Nº 46, de 6 de outubro de 2011, editada pela Instrução Normativa 17/2014/MAPA, em seu capítulo II, que trata dos sistemas de produção orgânica, Seção I (Da Nutrição), artigo 31, afirma que “é permitido o uso de SUPLEMENTOS MINERAIS E VITAMÍNICOS (...). Por si só, o Artigo 31 da norma vigente no território nacional que regulamenta os sistemas orgânicos de produção, já desconstitui o gabarito provisório, pois permite a utilização de SUPLEMENTOS minerais. Por cautela, cabe mencionar que o Artigo 29, parágrafo 1º, inciso “I”, do mesmo texto legal, permite a utilização de alimentos NÃO-ORGÂNICOS na proporção de até 15% da ingestão de matéria seca diária, no caso dos ruminantes, vejamos: “Art. 29. Os sistemas orgânicos de produção animal deverão utilizar alimentação da própria unidade de produção ou de outra sob manejo orgânico. § 1º Em casos de escassez ou em condições especiais, de acordo com o Plano de Manejo Orgânico aprovado pelo OAC ou OCS, será permitida a utilização de alimentos não-orgânicos na proporção da ingestão diária, com base na matéria seca, de:(Redação dada pela Instrução Normativa 17/2014/MAPA) I - até 15% para animais ruminantes; (...)”. Desta feita, com base na normatização vigente do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (IN 17/2014), a alternativa “B” da questão 21 está errada. Por outro lado, a alternativa “E” da questão 21 afirma que as “vacinações oficiais obrigatórias são permitidas em ambos sistemas de produção, mesmo as fabricadas com a tecnologia da transgenia”, o que, segundo o gabarito provisório, está incorreto. Porém, o Artigo 59, parágrafo 1º, da IN 46/2011/MAPA se coaduna perfeitamente com a afirmativa da alternativa “E”, vejamos: Art. 59. (...) § 1º O uso de produtos provenientes de organismos geneticamente modificados SÓ SERÁ PERMITIDO PARA AS VACINAS OBRIGATÓRIAS. (Redação dada pela Instrução Normativa 17/2014/MAPA). Sendo indubitável que a tecnologia de transgenia resulta em organismos transgênicos e que estes são considerados OGM - organismos geneticamente modificados (alguns autores utilizam</p>			

como sinônimo de transgênicos enquanto outros incluem os transgênicos no grupo dos OGM), a alternativa "E" é o gabarito correto para a referida questão. A título de esclarecimento, o requisito para a produção do "Boi Verde" é a alimentação à base de pastagem e suplementação mineral, sendo permitido o uso de rações/silagem (confinar) apenas nos últimos 3 meses antecedentes ao abate. Quanto às demais exigências, o "Boi Verde" é muito mais flexível que o "boi Orgânico", ou melhor, praticamente não existem outras exigências, sendo inclusive permitido o uso de medicamentos convencionais (alopáticos), como antibióticos sintéticos. Isto posto, o gabarito correto da questão 21 do certame é a alternativa "E". Subsidiariamente, caso a banca examinadora insista que a alternativa "E" não está correta, requer que a referida questão seja anulada, uma vez que a alternativa "B" também não está correta, indo de encontro a regulamentação oficial vigente. Referências Bibliográficas: BRASIL. Instrução Normativa Nº 46, de 6 de outubro de 2011. Estabelece o Regulamento Técnico para os Sistemas Orgânicos de Produção, bem como as listas de substâncias e práticas permitidas para uso nos Sistemas Orgânicos de Produção.

**RESPOSTA AO RECURSO:** Recurso aceito, alterar questão para a letra E

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
	23	( ) Manter	(X ) Anular
<p><b>RECURSO 01</b> –A questão 23 dita em seu enunciado: "23. Os fitoterápicos são utilizados de forma ampla na produção animal em sistemas orgânicos. Em um conceito amplo, estes produtos podem ser definidos como". Primeiramente, o enunciado trata dos fitoterápicos, não fazendo qualquer menção a uma subcategoria específica. Ainda, na segunda parte da questão, salienta "em um conceito amplo...". Ou seja, a questão busca uma assertiva que defina "fitoterápicos" em um conceito amplo, abrangente, que vista em todo e qualquer fitoterápico. Conforme o gabarito provisório, a resposta correta seria a alternativa "D", que define fitoterápico como: "medicamento que passa por estudos fitoquímicos que compreendem as etapas de isolamento, elucidação estrutura e identificação de constituintes". Primeiramente, cabe ressaltar novamente que o enunciado solicita uma definição em um conceito amplo. Porém a alternativa "E" oferece não um conceito amplo, mas a descrição de etapas para enquadramento e registro de um MEDICAMENTO fitoterápico, que constava em uma norma já revogada, a Resolução De Diretoria Colegiada - RDC Nº 48, de 16 de março de 2004 da ANVISA (Publicada em DOU nº 53, de 18 de março de 2004). Tão desatualizada tal norma que a norma que a revogou, a RDC nº 14 de 31 de março de 2010, também já foi revogada pela RDC nº 26, de 13 de maio de 2014 da ANVISA, norma esta que se encontra vigente atualmente. Neste diapasão, cumpre salientar que a referida norma, em seu art. 3º, inciso XI, define fitoterápico, em um conceito amplo (como comanda o enunciado da questão em roga), como: "produto obtido de matéria-prima ativa vegetal, exceto substâncias isoladas, com finalidade profilática, curativa ou paliativa, incluindo medicamento fitoterápico e produto tradicional fitoterápico, podendo ser simples, quando o ativo é proveniente de uma única espécie vegetal medicinal, ou composto, quando o ativo é proveniente de mais de uma espécie vegetal". Veja que, fitoterápico abrange o medicamento fitoterápico e o produto tradicional fitoterápico. Este, por sua vez, na Subseção II, que trata dos produtos</p>			

tradicionais fitoterápicos, precisamente no Art. 22, afirma que: "A segurança e a efetividade dos produtos tradicionais fitoterápicos devem ser comprovadas por uma das opções seguintes: I - comprovação de uso seguro e efetivo para um período mínimo de 30 anos; ou II - registro simplificado". Ou seja, no caso da hipótese do inciso "I", é possível a comprovação pela utilização do fitoterápico por um período maior que 30 anos. Ainda, a própria norma, em seu anexo III, fornece uma "lista de referências para a comprovação da tradicionalidade de uso", a fim de se reconhecer o fitoterápico tradicional de uso. Ou seja, não o que se falar em estudos fitoquímicos para o reconhecimento/registo de um fitoterápico tradicional de uso. Assim a afirmação que consta na alternativa "D" da questão 23 não é correta, uma vez que se fundamentou em uma legislação totalmente revogada e, considerando a legislação vigente, nem todo fitoterápico necessariamente deverá passar pelas etapas elencadas. Isto posto, não havendo alternativa correta para a questão 23 do certame, esta deve ser anulada. Referências bibliográficas: BRASIL. Resolução da Diretoria Colegiada - RDC Nº 26, de 13 de maio de 2014. Ministério da Saúde. Dispõe sobre o registro de medicamentos fitoterápicos e o registro e a notificação de produtos tradicionais fitoterápicos. Brasília, 13 maio 2014.

**RECURSO 02** – O gabarito aponta como certa a alternativa D, a questão pedia para completar a frase: "Os fitoterápicos são utilizados de forma ampla na produção animal em sistemas orgânicos. Em um conceito amplo, estes podem ser definidos como" **FUNDAMENTO:** Segundo a literatura a alternativa E, completa a frase corretamente. A alternativa E diz: "todo o medicamento caracterizado pelo conhecimento da eficácia e dos riscos de seu uso, assim como pela reprodutibilidade e constância de sua qualidade". Referência: "Fitoterápico, em um conceito bastante amplo e constante em legislação (Portaria 06/95 ANVISA) pode ser definido como "Todo medicamento tecnicamente obtido e elaborado, empregando-se, exclusivamente, matérias primas ativas vegetais com a finalidade profilática, curativa ou para fins de diagnóstico, com benefício para o usuário. É caracterizado pelo conhecimento da eficácia e dos riscos de seu uso, assim como pela reprodutibilidade e constância de sua qualidade. " Bibliografia: OLIVEIRA, Andrezza Beatriz et al. A normatização dos fitoterápicos no Brasil. Visão Acadêmica, v. 7, n. 2, 2006.

**RESPOSTA AO RECURSO:** questão anulada, em função RDC nº 26, de 13 de maio de 2014 da ANVISA

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:			
	25	(X) Manter	( ) Anular	( ) Alterar
<b>RECURSO 01</b> – O gabarito aponta como certa a alternativa A, a questão pedia para assinalar a alternativa INCORRETA <b>FUNDAMENTO:</b> Todas as alternativas estão corretas, apenas a alternativa B está incorreta, ela diz: "caso confirmado de doença vesicular ocorre por constatação pelo serviço veterinário oficial de animais que apresentam sinais clínicos compatíveis com doença vesicular infecciosa, exigindo adoção imediata de medidas de biossegurança e de providências para o diagnóstico laboratorial. " Referência 1: "A definição de doença vesicular, entre outras de importância para as atividades de vigilância e emergência sanitária, foi atualizada pela Instrução Normativa nº 44, 2 de outubro de 2007, conforme padrões internacionais da OIE, e segue transcrita a				

seguir: Tipos de casos na investigação de doenças vesiculares: a) caso suspeito de doença vesicular: notificação apresentada ao serviço veterinário oficial indicando a possibilidade de existência de um ou mais animais apresentando sinais clínicos compatíveis com doença vesicular infecciosa; (ALTERNATIVA A) b) caso PROVÁVEL de doença vesicular: constatação pelo serviço veterinário oficial de animais apresentando sinais clínicos compatíveis com doença vesicular infecciosa, exigindo adoção imediata de medidas de biossegurança e de providências para o diagnóstico laboratorial; (ALTERNATIVA B) c) caso descartado de doença vesicular: todo caso suspeito de doença vesicular investigado pelo serviço veterinário oficial cujos sinais clínicos não são compatíveis com doença vesicular infecciosa; (ALTERNATIVA C) d) caso ou foco de febre aftosa: registro, em uma unidade epidemiológica, de pelo menos um caso que atenda a um ou mais dos seguintes critérios: • isolamento e identificação do vírus da febre aftosa em amostras procedentes de animais suscetíveis, com ou sem sinais clínicos da doença, ou em produtos obtidos desses animais; (ALTERNATIVA D) • detecção de antígeno viral específico do vírus da febre aftosa em amostras procedentes de casos confirmados de doença vesicular, ou de animais que possam ter tido contato prévio, direto ou indireto, com o agente etiológico; (ALTERNATIVA E)" Bibliografia: Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Plano de ação para febre aftosa / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Defesa Agropecuária. – Brasília: MAPA/SDA/DSA, 2009. 96 p

**RESPOSTA AO RECURSO:** A alternativa "25A" está INCORRETA porque segundo a Instrução Normativa do MAPA No 44, de 2 de outubro de 2007, que aprova as diretrizes gerais para a Erradicação e a Prevenção da Febre Aftosa, a serem observados em todo o Território Nacional, com vistas à implementação do Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa, Anexo 1 das Diretrizes Gerais para a erradicação e prevenção de Febre Aftosa, capítulo de definições, Art. 1º, inciso XII, define que: a) caso suspeito de doença vesicular: notificação apresentada por terceiros ao serviço veterinário oficial indicando a possibilidade de existência de um ou mais animais apresentando sinais clínicos compatíveis com doença vesicular infecciosa.

Ou seja, a notificação de caso suspeito de doença vesicular é apresentada "por terceiros ao serviço veterinário oficial" e não notificação apresentada "pelo serviço veterinário oficial" como consta na alternativa "25A".

A alternativa "25B" está CORRETA porque, a mesma Instrução Normativa, no Anexo 1 das Diretrizes Gerais para a erradicação e prevenção de Febre Aftosa, capítulo de definições, Art. 1º, no inciso XII define que: b) caso confirmado de doença vesicular: constatação pelo serviço veterinário oficial de animais apresentando sinais clínicos compatíveis com doença vesicular infecciosa, exigindo adoção imediata de medidas de biossegurança e de providências para o diagnóstico laboratorial.

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
26	(X) Manter	( ) Anular	( ) Alterar
<b>RECURSO 01</b> – O gabarito aponta como certa a alternativa B, a questão pedia para assinalar a alternativa INCORRETA FUNDAMENTO: A alternativa E também está incorreta, ela diz: " o teste de rotina: é o primeiro teste de diagnóstico para brucelose ou tuberculose,			

visando identificar animais com suspeita de infecção." De acordo com o PNCEBT esta incompleta, portanto errada. Referência: De acordo com o PNCEBT: XVI - teste de rotina: é o primeiro teste de diagnóstico para brucelose ou tuberculose, visando identificar animais com suspeita de infecção OU OBTER DIAGNÓSTICO CONCLUSIVO. Bibliografia: INSTRUÇÃO NORMATIVA SDA No 10, DE 3 DE MARÇO DE 2017 – Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento (MAPA).

**RESPOSTA AO RECURSO:** O fato de não constar as palavras "ou não obter diagnóstico conclusivo" não torna a alternativa "26E" incorreta.

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
27	<input type="checkbox"/> Manter	<input checked="" type="checkbox"/> Anular	<input type="checkbox"/> Alterar
<p><b>RECURSO 01</b> – A questão 27 aborda o manejo pré-abate de suínos, devendo-se para tanto assinalar a questão INCORRETA. Segundo o gabarito provisório é INCORRETO afirmar que: "(E) o tempo total de jejum pré-abate, desde a retirada da ração na granja até o momento de abate, não deve ser superior a 24 horas, pois o excesso de jejum tem efeitos negativos". Ocorre que a referida alternativa "E" está correta, como se passará à discutir. Segundo a IN nº 03, de 17 de janeiro de 2000, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que em seu item 3.9 comanda: "Os animais mantidos nos currais, pocilgas ou apriscos devem ter livre acesso a água limpa e abundante e, se mantidos por mais de 24 (vinte e quatro) horas, devem ser alimentados em quantidades moderadas e a intervalos adequados". Em acréscimo, a Portaria Nº 711, de 01 de novembro de 1995, no seu item 2.3, alínea "d" dita que: "será proibida a matança de suínos que não tenham permanecido pelo menos 8 (oito) horas em descanso, jejum e dieta hídrica, nas pocilgas de matança do estabelecimento. Este repouso, a juízo da Inspeção Federal, poderá ser dilatado até 24 (vinte e quatro) horas no máximo, nos casos em que os animais provenham de zonas distantes ou tenham efetivado viagem acidentada. Este período poderá ser prolongado por motivo de ordem sanitária. Nos casos em que os animais permaneçam por um espaço de tempo superior a 24 (vinte e quatro) horas nas pocilgas de matança, deverão ser convenientemente alimentados, observando-se para o caso, posteriormente, o jejum regulamentar antes da matança." Veja que a legislação supracitada preconiza o tempo máximo de jejum de 24 horas. Impende destacar que tal legislação encontra-se vigente e válida em todo o território nacional. Inclusive, fez parte do conteúdo do recente concurso realizado pelo MAPA (2017) para o cargo de Auditor Fiscal Federal Agropecuário - Médico Veterinário. Em acréscimo, a Associação Brasileira de Criadores de Suínos (2016) também preconiza que o tempo máximo de jejum pré-abate seja de 24 horas, vejamos: "O tempo de jejum recomendado na granja é de oito a 12 horas antes do embarque e de 16 a 24 horas no total, até o abate". Assim, não há dúvidas que o tempo total de jejum pré-abate não deve ser superior a 24 horas. Quanto a segunda parte da questão, que versa que "o excesso de jejum tem efeitos negativos" é um tanto quanto óbvia, ante a existência da referida limitação legal, que se fundamenta em estudos realizados, que apontam inúmeros efeitos negativos, como se passará a discutir. Segundo o expert Dalla Costa (2008), o jejum excedente há 24 horas resulta em perdas qualitativas e quantitativas na carne, com perdas de até 5% de seu peso corporal. Além disso, a espera prolongada (&gt;24 horas) produz cada vez mais danos na pele por</p>			

brigas e reduz o rendimento de carcaça devido ao efeito combinado do jejum prolongado (Warriss, 1996; Geverink et al., 1998). Ainda, um tempo maior de espera aumenta a prevalência de carne DFD (escura, dura e seca) devido ao aumento da depleção de glicogênio nos músculos (Gispert et al., 2000). Assim, o que se afirma na alternativa "E" da questão 27 está correto. Como o comando da questão é assinalar a alternativa INCORRETA, o gabarito provisório é inconsistente. Como as demais alternativas da referida questão são todas corretas, não há alternativa à ser assinalada, devendo ser anulada a questão 27. Referências bibliográficas: BRASIL. Instrução Normativa n. 03 de 17 de janeiro de 2000. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Aprova o regulamento técnico de métodos de insensibilização para o abate humanitário de animais de açougue. Brasília, 17 jan 2000. BRASIL. Portaria Nº 711 de 01 de novembro de 1995. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Aprova as normas técnicas de instalações e equipamentos para abate e industrialização de suínos. Brasília, 01 de Nov 1995. Ludtke, C., et al., 2016. Bem-estar animal na produção de suínos: transporte. Cartilha produzida pela ABCS – Associação Brasileira de Criadores de Suínos e Sebrae. Brasília, DF. Disponível em: [http://www.abcs.org.br/attachments/-01\\_Cartilha2\\_bloq.pdf](http://www.abcs.org.br/attachments/-01_Cartilha2_bloq.pdf). Acesso em 27/06/2018. DALLA COSTA O. A. et al. 2008. Tempo de jejum dos suínos no manejo pré-abate sobre a perda de peso corporal, o peso do conteúdo estomacal e a incidência de úlcera esofágica gástrica. Ci. Rural 38: 199-205. GEVERINK, N.A., BRADSHAW, R.H., LAMBOOJ, E., WIEGANT, V.M., BROOM, D.M., 1998. Effects of simulated lairage conditions on the physiology and behaviour of pigs. Vet. Rec. 143, 241–244. GISPERT, M., FAUCITANO, L., GUARDIA, M.D., OLIVER, M.A., SIGGENS, K., HARVEY, K., DIESTRE, A., 2000. A survey on pre-slaughter conditions, halothane gene frequency, and carcass and meat quality in five Spanish pig commercial abattoirs. Meat Sci. 55, 97–106. WARRISS, P.D., 1996. Guidelines for the handling of pigs antemortem. Proc. EU-seminar "New Information on Welfare and Meat Quality of Pigs as Related to Handling, Transport and Lairage Conditions", pp. 217–224, Landbauforschung Volkenrode, Sonderheft 166, Mariensee, Germany.

**RECURSO 02** – O gabarito aponta como certa a alternativa E, a questão pedia para assinalar a alternativa INCORRETA FUNDAMENTO: A alternativa E, segundo a literatura, está correta. Ela diz: "o tempo total do jejum pré-abate, desde a retirada da ração na granja até o momento de abate, não deve ser superior a 24 horas, pois o excesso de jejum tem efeitos negativos. " Referência 1: "Recomenda-se em média de 8 a 12 horas de jejum na granja, antes do embarque, e de 18 a 24 horas no total, até o abate. " "O jejum total dos suínos não deve ultrapassar às 24 horas. " Bibliografia: EMBRAPA. Importância do jejum no manejo pré-abate dos suínos Autores: Osmar Antonio Dalla Costa; Filipe Antonio Dalla Costa Charli; Beatriz Ludtke Lizie Pereira Buss. Revisão Técnica: Cícero Juliano Monticelli; Armando Lopes do Amara. Referência 2: "O tempo recomendado para o jejum dos animais é de 10 a 24 horas; porém existe variação de acordo com o país e com o perfil genético dos suínos (Dalla Costa et al., 2010). Suínos que passam por um jejum de 24 horas ou mais, podem sofrer perdas qualitativas e quantitativas da carne, podendo perder até 5% de seu peso corporal, a uma taxa de 0,2% por hora, valor que pode variar quanto mais pesado forem os animais. " Bibliografia: BISPO, D. C. L; ALMEIDA, C. E.; DIAS, S. J. F.; LOPES, M. A. L. K.; VALENTE, S. L. A. Bem-estar e manejo pré-abate de suínos: Revisão. PUBVET v.10, n.11, p.804-815, Nov., 2016 Referência 3: "Um jejum muito prolongado, maior que 24 horas, proporciona uma perda na carcaça de aproximadamente 100g/hora (CHEVILLON,

2000)." Bibliografia: ALMEIDA, C. E. INFLUÊNCIA DOS PROCEDIMENTOS PRÉ-ABATE NA QUALIDADE DA CARNE. Revista Perspectiva em Gestão, Educação & Tecnologia, v.4 n.8, julho-dezembro/2015.

**RESPOSTA AO RECURSO:** recurso aceito, invalidar a questão.

#### PORTUGUES - MÉDIO

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
04	<input checked="" type="checkbox"/> Manter	<input type="checkbox"/> Anular	<input type="checkbox"/> Alterar
<b>RECURSO 01</b> – Segundo o gabarito a resposta seria a C, porém no segundo parágrafo, o "estavam trêmulas, mais do que de costume", logo indica que no dia que recebeu a carta, estava alterada movimentos das mãos o que não é de costume, logo "estavam trêmulas" indica os segredos..			
<b>RESPOSTA AO RECURSO:</b> De acordo com o texto e final do primeiro parágrafo: "Sim, porque os segredos vergam as costas, pesam como fardos." o recurso não procede.			

#### MATEMÁTICA - MÉDIO

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
08	<input type="checkbox"/> Manter	<input checked="" type="checkbox"/> Anular	<input type="checkbox"/> Alterar
<b>RECURSO 01</b> – Pergunta mal elaborada, confundindo assim a forma pela qual se daria a resposta correta. venho pedir a anulação desta questão.			
<b>RESPOSTA AO RECURSO:</b> Recurso procede. Com as informações do enunciado não é possível calcular o custo de cada unidade comercializada. A equação apresentada no enunciado refere-se ao lucro e não ao custo.			

#### CONHECIMENTOS GERAIS - MÉDIO

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
12	<input checked="" type="checkbox"/> Manter	<input type="checkbox"/> Anular	<input type="checkbox"/> Alterar
<b>RECURSO 01</b> – A questão aborda o tema sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, solicitando para que assinale a alternativa I N C O R R E T A. O gabarito considerou a alternativa "A" na qual dizia "Constitui crime previsto no ECA, deixar o médico, o professor ou o responsável pelo estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente". Porém no Estatuto da Criança e do Adolescente, redação dada pela Lei nº 13.010, de 2014 diz que "Os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão OBRIGATORIAMENTE comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, ...". Logo a alternativa "A" condiz com o ECA, levando então ao entendimento de que "A" não seria uma alternativa INCORRETA.			
<b>RESPOSTA AO RECURSO:</b> Resposta da 12: Apesar da grafia incorreta do número do Estatuto do Idoso na alternativa, (onde se lê 10.471, leia-se 10.741), a questão aborda e prioriza			



exemplos de ações sociais do período retratado. Não há outro Estatuto do Idoso no Brasil, portanto não há risco de dubiedade no enunciado. Trata-se apenas de uma mera referência e o número não altera o mérito da alternativa. Manter a questão.

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
13	<input checked="" type="checkbox"/> Manter	<input type="checkbox"/> Anular	<input type="checkbox"/> Alterar
<p><b>RECURSO 01</b> – De acordo com o Art. 28. As assessorias, vinculadas à Direção Geral de Campus, têm por atribuição auxiliar os diversos órgãos do campus em questões técnicas, administrativas e financeiras, informacionais, bem como em outras atividades. Desta forma ficou confuso uma resposta correta para a pergunta da questão nas opções de resposta, pois a resposta correta no gabarito não condiz com a pergunta, venho pedir a anulação da questão.</p>			
<p><b>RESPOSTA AO RECURSO:</b> Questão mantida uma vez que tem apenas UMA alternativa está correta, veja-se: alternativa A está incorreta vide art. 102, § 1º; alternativa B está incorreta vide art. 73, "caput"; alternativa C está incorreta vide art. 74, I, §1º; alternativa D está incorreta vide art. 87, "caput";. Alternativa E está CORRETA vide art. 95, "caput";            Todos os dispositivos encontram-se amparados no Regimento Geral da Unioeste - Resolução 28/2003; Ademais, a pergunta é clara: "Nos termos do Regimento Interno da Unioeste – Resolução 028/2003, assinale a alternativa CORRETA", todas as alternativas estão amparadas no referido regimento. De fato o art. 28 dispõem o trecho transcrito, porém, este artigo não é passível de anular a questão uma vez que as alternativas estão determinadas no dispositivo legal em comento</p>			

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
15	<input checked="" type="checkbox"/> Manter	<input type="checkbox"/> Anular	<input type="checkbox"/> Alterar
<p><b>RECURSO 01</b> – A alternativa "A" também está incorreta, pois o movimento que ocorreu na França denominado "Maio de 68" não tem contexto da Guerra do Vietnã. Foi uma grande onda de protestos que teve início com manifestações estudantis para pedir reformas no setor educacional. O movimento cresceu tanto que evoluiu para uma greve de trabalhadores que balançou o governo do então presidente da França, Charles De Gaulle. Acredito que houve uma confusão, pois houve um movimento na mesma época nos Estados Unidos, com o mesmo mês e data, e o mesmo é baseado na Guerra do Vietnã.</p>			
<p><b>RECURSO 02</b> – A alternativa "A" também está correta, pois o movimento não foi baseado na guerra do Vietnã. O movimento foi uma onda de debates no meio universitário francês, seguidos de ocupações, atos públicos, discursos, assembleias e protestos de rua, que rapidamente evoluíram para o enfrentamento aberto com a polícia e com toda estrutura formal de força e de poder na França, nos embates geracionais de fundo moral, por exemplo, sobre questões ligadas a gênero e sexualidade, fosse de maneira mais ampla na sociedade, no questionamento à figura do presidente, do primeiro-ministro e até do Estado, em si, assim como das leis, do dinheiro e da religião, ou seja, o movimento foi uma guerra entre o pensamento revolucionário contra o pensamento conservador. O contexto</p>			

da guerra do Vietnã ,que foi citado na questão, está incorreto, pois o movimento não teve embasamento algum sobre o que estava ocorrendo lá, mas a agressão de jovens que estavam protestando para que os Estados Unidos se retirassem do Vietnã, fez com que a atenção do movimento fosse dirigida para o ocorrido, em outras palavras, o movimento apenas protestou contra o governo que agiu de uma forma hostil com os jovens que estavam se manifestando sobre o que estava ocorrendo no Vietnã.

**RESPOSTA AO RECURSO:** Ao se referir ao contexto da Guerra do Vietnã na alternativa em tela, estamos nos referindo a uma leitura ampla, pois os anos 60 e 70 estão marcados por protestos em várias partes do mundo, incluindo na "pauta" desses movimentos aspectos pacifistas. O Maio de 68 repercutiu e influenciou movimentos sociais e comportamentais não se limitando apenas ao contexto francês.

### CONHECIMENTOS ESPECIFICOS DO CARGO DE TÉCNICO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
23	<input type="checkbox"/> Manter	<input checked="" type="checkbox"/> Anular	<input type="checkbox"/> Alterar
<p><b>RECURSO 01</b> – A banca considerou a letra (D) no gabarito oficial. No entanto, além da letra (D), a letra (C) também está incorreta. De acordo com a alternativa (C), a "saudação final" faz parte da composição de um memorando, mas conforme o Manual de Comunicação Escrita Oficial do Estado do Paraná e com o Manual de Redação da Presidência da República o item correto para ser utilizado é o "FECHO" e não "saudação final". Seguem os trechos: * Manual de Comunicação Escrita Oficial do Estado do Paraná (PÁG. 77/78): <a href="http://www.escoladegestao.pr.gov.br/arquivos/File/2014/pp_manual_web.pdf">http://www.escoladegestao.pr.gov.br/arquivos/File/2014/pp_manual_web.pdf</a> fecho: fórmula de cortesia. Usam-se fórmulas breves, tais como "Respeitosamente" (para autoridades superiores), "Atenciosamente" (para autoridades da mesma hierarquia ou de hierarquia inferior). O fecho pode ser centralizado e posicionado acima da assinatura; * Manual de Redação da Presidência da República (3.1 - item f) <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm</a>  a) tipo e número do expediente, seguido da sigla do órgão que o expede; b) local e data  c) assunto; d) destinatário; e) texto; f) fecho***; g) assinatura; h) identificação do signatário. Diante do exposto, visto que a afirmação utilizada na alternativa (C) deveria ser "Fecho" ao invés de "saudação final", solicito a anulação da questão</p>			
<p><b>RESPOSTA AO RECURSO:</b> Recurso procede considerando o disposto no Manual de Redação da Presidência da República. Invalidar Questão.</p>			

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
24	<input checked="" type="checkbox"/> Manter	<input type="checkbox"/> Anular	<input type="checkbox"/> Alterar
<p><b>RECURSO 01</b> – A letra "C" também está correta. Podemos nos dirigir ao Reitor de Universidade em uma carta como: Vossa Magnificência ou Vossa Excelência; No corpo do texto: Magnífico Reitor ou Excelentíssimo Senhor Reitor.</p>			
<p><b>RECURSO 02</b> – Acredito que a letra C também esteja correta, pois nas gramáticas mais antigas não é encontrado referência à figura do reitor. As listas de pronomes de tratamento, até a década de 1960, dedicavam maior preocupação às autoridades</p>			

eclesiásticas: iam alfabeticamente de abade, abadessa, arquiduque, freira, patriarca, prior, tenente-coronel, até o v de vereador. Nos anos 70, a nova hierarquia se estabelece. Em termos de cerimonial, segue-se o Decreto 70.274/72, assinado pelo presidente Emílio G. Médici, que coloca os reitores das universidades federais numa graduação acima dos reitores das estaduais. Os livros de gramática, de qualquer modo, não faziam e não fazem distinção: o pronome é "Vossa Magnificência"; o vocativo, "Magnífico". Contudo, em virtude da propagação das instituições de ensino superior, vem caindo em desuso esse tratamento demasiadamente cerimonioso, até porque já não existe um distanciamento tão grande entre a pessoa do reitor, o corpo docente, os alunos e a comunidade em geral. Entrou nos costumes e é, pois, perfeitamente aceita hoje em dia a fórmula Vossa Excelência (abreviada V. Exa. ou V. Ex<sup>a</sup>.) para tratar os reitores. A invocação, neste caso, pode ser simplesmente Senhor Reitor, ou então o tradicional Magnífico Reitor.

**RESPOSTA AO RECURSO:** Recurso não procede considerando Medeiros (1999), onde resta claro que o tratamento para Reitor é Vossa Magnificência

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
	25	(X) Manter	( ) Anular
<p><b>RECURSO 01</b> – Acredito que nenhuma das alternativas esteja correta, pois: A) Decreto executivo é uma norma jurídica expedida pelo chefe do Poder Executivo, com a intenção de pormenorizar as disposições gerais e abstratas da lei; B) O conceito "decreto de urgência" não se aplica nesse caso; C) Consiste em ato normativo que tem por finalidade veicular as matérias de competência exclusiva do Congresso Nacional, elencadas, em sua maioria, no artigo 49 da Constituição Federal. O decreto legislativo deve necessariamente ser instruído, discutido e votado em ambas as casas legislativas, no sistema bicameral. D) Decreto Executivo não poder ser deliberado por Juiz, pois o mesmo é do poder judiciário, que pode emanar apenas sentenças, e não decretos; E) Acredito que houve um erro de digitação, pois a utilização palavra "urgência" não significa risco imediato, porém pode se transformar em uma emergência se não for solucionada rapidamente. A palavra "emergência" é considerada uma situação em que a vida, a saúde, a propriedade ou o meio ambiente enfrentam uma ameaça imediata, que encaixaria mais no que foi proposto, pois agressão estrangeira necessitaria de uma solução imediata, diferente de uma urgência, cuja solução se requer curto prazo.</p>			
<p><b>RECURSO 02</b> – O comando da questão explica a relação existente entre um determinado decreto e sua autoridade competente para expedir-lo: "O decreto, em sentido técnico, pressupõe necessariamente a existência de autoridade na pessoa ou entidade que o formulou [...]". Posteriormente pede para o candidato analisar as alternativas de acordo com a autoridade que o originou: "De acordo com a autoridade que originou o decreto, surgem as várias denominações, que se classificam em". A alternativa "E", apesar de trazer uma das corretas aplicações do decreto de urgência, não cita nenhuma autoridade competente para sua expedição e isso é o que o comando da questão exige do candidato ao analisar as alternativas: verificar a relação entre a autoridade que formulou o decreto e sua espécie, ou seja, a alternativa que traz a autoridade e o decreto que é de sua competência expedir. Portanto, entende-se que</p>			

a alternativa "E" não está de acordo com o comando da questão, por trazer uma aplicação do decreto e não a autoridade com competência para sua expedição, que é o que a interpretação do comando da questão leva a entender. Por esse motivo, e porque as demais alternativas também não atendem ao que se interpreta do comando da questão, pede-se a sua anulação.

**RECURSO 03** – Prezados Coordenadores do PSS 2/2018, venho por meio deste solicitar revisão da questão nº 25 correspondentes aos conhecimentos específicos do técnico administrativo. De acordo com enunciado da questão não ficou de maneira clara qual era o objetivo solicitado, parecendo faltar parte do enunciado e portanto impossível de identificar a resposta da questão.

**RECURSO 04** – O enunciado da questão explica a relação entre autoridade e decreto, porém as alternativas são vagas e abrem possibilidade de mais de uma interpretação. Com algumas alternativas explicitando a autoridade formuladora do decreto e outras não, impossibilitando a análise. É o caso da alternativa E, que trás a utilização do decreto de urgência, porém não informa quem foi a autoridade que o expediu, de forma a impedir qualquer análise da relação de poder questionada no enunciado.

**RECURSO 05** – Na legislação brasileira, os decretos são atos administrativos da competência dos chefes dos poderes executivos Federal, Estadual e Municipal (presidente, governadores e prefeitos). No caso da agressão estrangeira (questão 25), por exemplo, é de competência privativa do Presidente da República declarar guerra (art. 84, XIX CF/88). Dessa forma, a utilização de decretos de urgência não se restringe a este caso e nem tampouco ao chefe do poder executivo federal (presidente). O termo "decreto de urgência" dificilmente é encontrado em doutrina. Podemos usar como exemplo o livro A Constituição Reinventada Pela Jurisdição Constitucional, Belo Horizonte: Del Rey, 2002 de Adércio Leite Sampaio, que cita o termo e exemplifica o uso somente em países estrangeiros, mas não em solo pátrio. Vide páginas: 195, 447 e 448 do livro em endereço eletrônico:

[https://books.google.com.br/books?id=CVPNyM4iurwC&lpg=PP1&hl=pt-](https://books.google.com.br/books?id=CVPNyM4iurwC&lpg=PP1&hl=pt-BR&pg=PP1#v=onepage&q&f=false)

[BR&pg=PP1#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=CVPNyM4iurwC&lpg=PP1&hl=pt-BR&pg=PP1#v=onepage&q&f=false) Dessa forma, conclui-se que, na legislação nacional o termo "decreto de urgência" não é utilizado, anulando assim a questão 25, onde põe se como correta a alternativa E, em que é expedido o chamado Decreto de Urgência em caso de agressão estrangeira. Porém, no caso supracitado, é decretado estado de sítio, esse que, por sua vez, não se classifica como "decreto de urgência" na bibliografia que pude procurar.

**RECURSO 06** – Solicito anulação da questão. O enunciado não é completo. Não faz uma pergunta, se é para marcar a questão correta ou a incorreta ou se é verdadeiro ou falso ou enumerar colunas. A questão solicita apenas: QUE SE CLASSIFICAM EM, sem oferecer opções objetivas de resposta. Ou seja, apenas elenca que existam diversos tipos de decretos, o que é verdade pois decretos podem ser legislativos, executivos, autônomos regulamentares ou singulares. Observamos que a questão apresentada é similar a outra questão constante no concurso para a câmara municipal de Maringá, referente edital 001/2009, questão número 22 do caderno de questões para Assistente Administrativo, disponível para consulta em:

<http://www.aocp.com.br/concursos/arquivos/AssistenteAdministrativoAmarela.pdf>.

Naquela questão, há opções de resposta objetivas, que permitem a resposta adequada para a pergunta.

**RESPOSTA AO RECURSO:** De acordo com o enunciado da questão, os recursos não procedem por que de acordo com Medeiros (1999) verifica-se que a única alternativa correta, entre as opções, é a constante na opção "E", já que as demais não contemplam a verdade quando se analisa o tipo de Decreto e a explicação na sequência de cada um.

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
26	<input checked="" type="checkbox"/> Manter	<input type="checkbox"/> Anular	<input type="checkbox"/> Alterar
<p><b>RECURSO 01</b> – De acordo com as normas da legislação vigente as partes componentes de um edital são: 1. Título (a palavra EDITAL, em letras maiúsculas, em negrito centralizada sobre o texto). 2. CITAÇÃO DO OBJETO DO EDITAL em letras maiúsculas, em negrito alinhado à esquerda. 3. Preâmbulo: parte introdutória, apresentando o assunto e a identificação do órgão responsável. 4. Texto: parte fundamental do edital que define o objeto e estabelece as condições de participação. 5. Fecho: encerramento do edital, com as determinações finais sobre sua divulgação. 6. Local e data por extenso. 7. Assinatura e cargo da autoridade responsável. Ou seja, não há obrigatoriedade do visto e tampouco na questão há especificação do mesmo quanto a sua facultatividade. Logo o item C está incorreto.</p>			
<p><b>RESPOSTA AO RECURSO:</b> O centro da questão está nas "partes de um edital", não na forma de publicação. Segundo Medeiros (1999), há casos, por exigência interna do órgão expedidor, em que é necessário o visto de um funcionário hierarquicamente superior.</p>			

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
28	<input checked="" type="checkbox"/> Manter	<input type="checkbox"/> Anular	<input type="checkbox"/> Alterar
<p><b>RECURSO 01</b> – Na questão 28, a respeito de documentos oficiais dentro de empresas e instituições, há duas possíveis respostas corretas. No gabarito, consta opção "C" (portaria, decretos, ofícios e editais), mas a B também não estaria errada (telegramas, portarias e editais), pois telegrama também é considerada uma forma de comunicação oficial, estando presente inclusive no "Manual de Redação da Presidência da República", item 6. Visto tal problemática, acredito que a questão deveria ser anulada.</p>			
<p><b>RECURSO 02</b> – São documentos oficiais: Ata, Atestado, carta, certidão, comunicado, circular, convite, convocação contrato, convênio, decisão, declaração e despacho. Alguns materiais bibliográficos definem a carta como um documento semioficial; outros a definem como um documento oficial. A questão não se baseia em um material teórico específico, logo a alternativa A e C estão corretas.</p>			
<p><b>RESPOSTA AO RECURSO:</b> O enunciado da questão citava dentro de uma Instituição/Empresa, logo trata-se de documentos internos, onde são considerados como documentos oficiais aqueles produzidos e recebidos pelos Órgãos dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo. Cartas são documentos pessoais e telegramas são correspondências emitidas pelos Correios.</p>			

## CONHECIMENTOS ESPECIFICOS DO CARGO DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
17	( ) Manter	(X) Anular	( ) Alterar
<p><b>RECURSO 01</b> – Respiração de Cheyne-stokes é caracterizada por sistema respiratório lento crescente e decrescente. Apneia é a suspensão da ventilação voluntária ou involuntária Sendo a alternativa incorreta Hipocalemia é a falta de potássio Sendo verdadeira a alternativa</p>			
<p><b>RECURSO 02</b> – Venho por meio desta relatar que a questão numero 17 a resposta não pode ser a D, pois na D aparece como falsa o item que fala que hipocalemia é o déficit de potássio, e hipocalemia é déficit de potássio no organismo ou seja baixo nível de potássio, sendo assim este item esta correto e não falso ou seja não tem uma alternativa para esta questão devendo assim ser anulado.</p>			
<p><b>RECURSO 03</b> – A questão tem como uma das alternativas de escolha como Verdadeiro/falso a afirmativa "a hipocalemia é o déficit de potássio no organismo". O gabarito considerou a afirmativa errada. Apesar da compreensão inicialmente estabelecida por esta Banca Examinadora, requer a ponderação de que o item está correto, já que o termo hipocalemia está relacionado com déficit de potássio no organismo. Assim, requer a avaliação das ponderações apresentadas, de modo a promover a anulação da questão.</p>			
<p><b>RECURSO 04</b> – Não há resposta certa, hipocalemia é caracterizada pelo déficit de potássio no organismo, e na alternativa D, esta constando que é falsa a afirmativa. Fundamentado pelo: GUYTON E HAL TRATADO DE FISIOLOGIA MÉDICA, TRADUÇÃO DA 12ª EDIÇÃO, capítulo 25 , pagina 313. Também por: MOLIN,Christine Zomer Dal. TREVISOL, Daisson José. Hipocalemia grave persistente: Síndrome de Gitelman e diagnósticos diferenciais. Disponível em:&lt;<a href="http://www.scielo.br/pdf/jbn/v39n3/pt_0101-2800-jbn-39-03-0337.pdf">http://www.scielo.br/pdf/jbn/v39n3/pt_0101-2800-jbn-39-03-0337.pdf</a>&gt; Acesso em: 28 de junho de 2018. Diante dos fundamentos solicito anulação da questão.</p>			
<p><b>RESPOSTA AO RECURSO:</b> A questão deverá ser invalidada porque a alternativa " a hipocalemia é o déficit de potássio no organismo" é verdadeira. No gabarito está consta como falsa.</p>			

## CONHECIMENTOS ESPECIFICOS DO CARGO DE TÉCNICO EM LABORATÓRIO

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
17	(X) Manter	( ) Anular	( ) Alterar
<p><b>RECURSO 01</b> – A afirmativa IV faz referência ao tamanho da gola do jaleco. Nas diferentes apostilas e recomendações do Ministério da Saúde e diferentes sites da área da saúde que consultei, em nenhuma deles havia referência ao tamanho da gola do jaleco. Apenas, no site da rede de educação Clarentiano (<a href="https://claretiano.edu.br/rioclaro/servicos/normas-para-jalecos">https://claretiano.edu.br/rioclaro/servicos/normas-para-jalecos</a>), há uma menção quanto à gola e diz que esta deve ter fechamento frontal com botões, até a altura do pescoço. O que sugere sobrepor-se à região da clavícula. Gola alta, como é possível constar em diferentes páginas de moda da internet, entende-se que a mesma cobre todo o pescoço. O problema na afirmativa está no fato de que ela coloca uma</p>			

obrigatoriedade: "... o jaleco DEVE ter mangas longas e gola alta", o que nos leva a crer que não é uma opção verdadeira, pois não há uma norma regulamentadora que afirme que assim o jaleco deva ser. Logo, a afirmativa IV não pode ser considerada como uma das opções corretas.

**RESPOSTA AO RECURSO:** Os jalecos fazem parte dos equipamentos de proteção individual/EPI. Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), na Norma Regulamentadora 6 (NR 6), da Portaria no 3.214, considera-se Equipamento de Proteção Individual - EPI, como todo dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho. As roupas de proteção, onde estão incluídos os jalecos, devem ser utilizadas em todas as atividades em que se manipulem agentes de risco e que possam comprometer a saúde e a integridade física do trabalhador. Dentro do processo de avaliação de risco, a partir da determinação do uso de uma vestimenta protetora, é necessário a escolha da vestimenta correta para que a mesma ofereça a proteção adequada ao tipo de atividade que está sendo desenvolvida. O objetivo principal do uso destes EPI é prevenir o contato de agentes contaminantes com a pele, eliminando ou minimizando, as possibilidades de acidentes, que ocasionem lesões, intoxicações ou mesmo de doenças profissionais e do trabalho. Estes EPI devem ser confeccionados em materiais que sejam compatíveis aos agentes de risco a que o trabalhador está exposto. Podem ser reutilizáveis ou descartáveis. Devem oferecer conforto na temperatura do ambiente laboral, devendo ser de tamanho adequado de acordo com o porte físico do trabalhador para que não interfira nos seus movimentos. Os jalecos ou aventais devem ser de mangas longas, cobrir além dos braços, o dorso, as costas e as pernas acima dos joelhos.

Por fim, segundo a NR 32 que trata da Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde, "Todos trabalhadores com possibilidade de exposição a agentes biológicos devem utilizar vestimenta de trabalho adequada e em condições de conforto". Portanto, o uso de gola alta reforça essa evidência de adequação, uma vez que existem no mercado vestimentas cuja gola é baixa e no estilo em V, o que acarretaria risco sério de acidentes ao trabalhador caso viessem a ser utilizadas. SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO. Lei No 6.514, de 22 de dezembro de 1977. Normas regulamentadoras – NR - 1 a 33, Portaria No 3.214, de 8-6-1978. 62. ed. São Paulo: Ed. Atlas. 2008.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. NR 6 – Equipamento de Proteção Individual. EPI de 07 de dezembro de 2010. Disponível em: <http://trabalho.gov.br/images/Documentos/SST/NR/NR6.pdf>

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
18	<input checked="" type="checkbox"/> Manter	<input type="checkbox"/> Anular	<input type="checkbox"/> Alterar
<b>RECURSO 01</b> – Todas as vidrarias listadas A,B,C,D,E e F, podem serem utilizadas para medir volume exatos de líquidos.			
<b>RECURSO 02</b> – Essa questão trata das vidrarias que NÃO são utilizadas para medir volume de líquidos e pelo gabarito a resposta é a opção A (balão volumétrico). A verdade é que o balão volumétrico é usado sim para medir volume DEFINIDO de líquidos			

(<http://www.fiocruz.br/ioc/media/Livropoli.pdf>) e não variáveis como as demais vidrarias citadas. Mas não foi isso que pedia no enunciado da questão e, portanto, a mesma deveria ser anulada.

**RECURSO 03** – A questão 18 apresenta todas as alternativas corretas, pois todas as vidrarias descritas podem ser usadas para medir volume de líquidos, seja de forma volumétrica ou não. SANTOS, V. P. dos (2013) descreve em seu livro Roteiros de Aulas Práticas Fundamentos da Química Experimental, as vidrarias que podem ser utilizadas para medição de volume, citando e descrevendo todas as vidrarias descritas nas alternativas da questão.

**RESPOSTA AO RECURSO:** As vidrarias volumétricas comumente utilizadas em laboratório são classificadas em dois grupos conforme o seu modo de calibração em uma dada temperatura:

- TC (do inglês to contain) – é um procedimento de calibração em que a vidraria contém o volume indicado em sua gravação. Tal instrumento NÃO pode ser usado para transferência de líquidos, devido à película líquida que fica aderida às paredes internas do recipiente.

- TD (do inglês to deliver) – é um procedimento de calibração em que a vidraria escoo o volume indicado em sua gravação. Essa vidraria, que é usada na transferência de líquidos, já leva em conta a película de líquido que fica aderida às paredes internas e/ou qualquer líquido remanescente nele.

O balão volumétrico, especificamente, é um aparelho volumétrico do tipo TC, ou seja, construído para conter certo volume de líquido em determinada temperatura e são usados na preparação de soluções de concentração conhecida. Portanto, NÃO pode ser usado para medir volumes de líquidos para serem transferidos em seguida devido à película líquida que fica aderida às paredes internas do mesmo.

Já a proveta, esta é usada para medidas aproximadas de volumes, enquanto que pipeta (graduada ou volumétrica) e bureta, ambos frascos do tipo TD, são usadas para medidas exatas de volumes.

Fontes: BELLATO, C.R. et al. Laboratório de química analítica. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2012.

BACCAN, N., ANDRADE, J.C., GODINHO, O.E.S. & BARONE, J.S. Química Analítica Quantitativa Elementar. 3 ed., Edgar Blucher, São Paulo, 2001.

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
20	(X) Manter	( ) Anular	( ) Alterar
<b>RECURSO 01</b> – A questão apresenta uma mesma resposta em duas alternativas, tornando possíveis como respostas as letras “a” e “e”, o que invalida a questão.			
<b>RESPOSTA AO RECURSO:</b> O fato de existirem duas alternativas com a mesma grafia (alternativas “A” e “E”) não é motivo plausível para se invalidar a questão, haja vista a alternativa CORRETA para o enunciado da questão continuar sendo a letra “C”. Caso a resposta correta do enunciado contemplasse ambas as alternativas “A” e “E”, aí sim a questão seria anulada. Tal fato, feito de forma intencional, dá condições para que o candidato ao perceber isto possa eliminar as referidas alternativas do rol das cinco			



possíveis devido ao erro de conteúdo, passando a ficar assim com apenas as alternativas restantes “B”, “C” ou “D” para assinalar.

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
21	<input checked="" type="checkbox"/> Manter	<input type="checkbox"/> Anular	<input type="checkbox"/> Alterar
<p><b>RECURSO 01</b> – Na questão 21, segundo o gabarito, apresenta como resposta incorreta a letra “E”, porém, a mesma está correta, visto que no processo de esterilização não há probabilidade de que os micro-organismos sobrevivam. Segundo Tortora et al. (2012) em seu livro Microbiologia, no capítulo 7 define Esterilização como sendo a remoção ou destruição de todas as formas de vida microbiana, incluindo as formas mais resistentes, como os endosporos.</p>			
<p><b>RESPOSTA AO RECURSO:</b> Segundo a Farmacopeia Brasileira, a qual é um compêndio oficial, aprovado na RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº. 49, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2010, na sua 5ª edição, volume 1, Capítulo 7 - Preparação de produtos Estéreis, item 7.1 ESTERILIZAÇÃO E GARANTIA DE ESTERILIDADE, diz que “ A inativação de micro-organismos por meios físicos ou químicos segue uma lei exponencial e, portanto, HÁ uma probabilidade estatística de que micro-organismos possam sobreviver ao processo de esterilização. Para um determinado processo, a probabilidade de sobrevivência é determinada pelo número; tipo e resistência dos micro-organismos presentes e pelo ambiente durante a esterilização. O nível de garantia de esterilidade de um processo de esterilização traduz a segurança com que o processo em questão esteriliza um conjunto de itens, sendo expresso como a probabilidade de um item não estéril naquela população. O nível de garantia de esterilidade de 10<sup>-6</sup>, por exemplo, indica a probabilidade de não mais que um micro-organismo viável em 1 × 10<sup>6</sup> itens esterilizados do produto final. O nível de garantia de esterilidade de um processo para um determinado produto é estabelecido por meio de estudos de validação apropriados.”</p>			

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
23	<input type="checkbox"/> Manter	<input checked="" type="checkbox"/> Anular	<input type="checkbox"/> Alterar
<p><b>RECURSO 01</b> – A questão 23, apresenta 2 alternativas incorretas, a letra “A” (mencionada pelo gabarito) e a letra “D”, na qual descreve que os incêndios decorrentes de problemas elétricos DEVEM ser apagados com extintores de gás carbônico, dando a entender que deve-se somente utilizar este tipo de extintor para tal tipo de incêndio, o que não é verdade, pois este tipo de incêndio pode ser apagado com extintor de pó químico. Segundo o Manual de prevenção e Combate a princípios de incêndio, elaborado pelo governo do estado do Paraná em 2013, estabelece que incêndios decorrentes de problemas elétricos pertencem a classe C, e portanto, podem ser apagados com pó químico.</p>			
<p><b>RESPOSTA AO RECURSO:</b> Recurso aceito, invalidar a questão.</p>			

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
28	<input checked="" type="checkbox"/> Manter	<input type="checkbox"/> Anular	<input type="checkbox"/> Alterar
<p><b>RECURSO 01</b> – Segundo o gabarito a resposta certa seria a E, porém em diversos trabalho já trazem como regra a não utilização também de solução sulfonítrica por ser tóxica e por ser um resíduo de crômico logo adsorvido nas paredes do vidro, além de ser um grande poluente ambiental. Para o referido teste, o Bicarbonato de sódio pode ser sim utilizado para limpeza, desde que adicione um ácido junto, por exemplo. Para o este duas opções ficaram divergentes, pois em um caso (bicarbonato) pode ser usado desde que adicionado ácido e para solução sulfonítrica está restrito o seu uso. Não está explícito na questão por exemplo, usar a solução "só", logo bicarbonato estaria correta.</p>			
<p><b>RESPOSTA AO RECURSO:</b> Primeiro o candidato comete erro ao afirmar que a solução sulfonítrica é tóxica e que possui cromo na sua composição; tal solução é apenas uma mistura em partes iguais de ácido sulfúrico e ácido nítrico, ambos concentrados, e portanto, NÃO apresenta cromo na sua composição e NÃO apresenta toxicidade que a impeça se ser utilizada na limpeza de resíduos orgânicos, quando necessário. Segundo, NÃO há registro em nenhuma literatura científica quanto ao uso de bicarbonato de sódio como solução de limpeza de vidraria de laboratório, tampouco do uso dele adicionado de um ácido qualquer. Fontes:          BELLATO, C.R. et al. Laboratório de química analítica. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2012.          BACCAN, N., ANDRADE, J.C., GODINHO, O.E.S. &amp; BARONE, J.S. Química Analítica Quantitativa Elementar. 3 ed., Edgar Blucher, São Paulo, 2001.          MENDHAM, J. et al. QVogel – Análise Química Quantitativa. Rio de Janeiro: LTC, 2008.          VOGEL, A.I. Química orgânica qualitativa; Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1971</p>			

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
29	<input checked="" type="checkbox"/> Manter	<input type="checkbox"/> Anular	<input type="checkbox"/> Alterar
<p><b>RECURSO 01</b> – Segundo o gabarito provisório a alternativas certa seria a B, porém as três informações são verdadeiras, visto que III- apesar do ar comprimido não interferir na calibração, tem que se tomar cuidado com a fonte do ar (não estava explícito na questão), pois as vezes o ar é mal filtrado e vem com muita graxa, que vai contaminar a vidraria! Então, sendo assim, a resposta verdadeira seria a "A".</p>			
<p><b>RESPOSTA AO RECURSO:</b> No próprio enunciado do recurso, o candidato afirma, e portanto concorda, que o uso do ar comprimido vai contaminar a vidraria por conta da possibilidade do ar vir sujo e com muitos resíduos de graxa devido a sua má filtração. Logo, não existe nexo e tampouco possibilidade do uso do ar comprimido ser uma prática adequada em laboratórios para a secagem e, conseqüentemente, limpeza de vidrarias. Portanto, a afirmação do item III está ERRADA!</p>			

#### PORTUGUES - FUNDAMENTAL

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
05	<input checked="" type="checkbox"/> Manter	<input type="checkbox"/> Anular	<input type="checkbox"/> Alterar

**RECURSO 01** – A questão 5 diz a palavra escravidão que contem no texto refere-se EXCETO e a alternativa correta é a letra E mais o gabarito diz a resposta letra C mais no texto diz a palavra libertação(liberdade) por tanto peço a revisão da questão e o deferimento nesta pergunta

**RESPOSTA AO RECURSO:** Prezado candidato, o recurso NÃO procede porque a pergunta demanda que seja escolhida a alternativa que NÃO tenha o mesmo significado de escravidão. A palavra EXCETO deixa claro que é necessário marcar o antônimo da palavra escravo. Portanto, a alternativa CORRETA é a letra C, como publicado no gabarito. Manter questão.

### CONHECIMENTOS GERAIS -FUNDAMENTAL

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
13	<input checked="" type="checkbox"/> Manter	<input type="checkbox"/> Anular	<input type="checkbox"/> Alterar
<b>RECURSO 01</b> – A questão diz as cidades Cascavel, Toledo, Marechal Candido Rondon e Foz do Iguaçu fica localizado no sul do PR e também no oeste do PR por tanto peço recurso nesta questão pois possui duas alternativas corretas que corresponde a pergunta e eu marquei a letra A. Pede o deferimento.			
<b>RESPOSTA AO RECURSO:</b> Segundo o IPARDES ( <a href="http://www.ipardes.gov.br">www.ipardes.gov.br</a> ) – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social que é uma Instituição de pesquisa vinculada à Secretaria de Estado do Planejamento e Gestão classifica e relaciona todos os município do Estado do Paraná por mesorregião ou microrregião geográfica e, para tanto, as cidades de Cascavel, Toledo, Marechal Cândido Rondon e Foz do Iguaçu fazem parte da mesorregião geográfica Oeste Paranaense, sendo que: Marechal Cândido Rondon e Toledo pertencem à microrregião geográfica de Toledo; Cascavel pertence à microrregião geográfica de Cascavel; Foz do Iguaçu da microrregião geográfica de Foz do Iguaçu. Portanto, todas as quatro (04) cidades fazem parte da "região oeste paranaense". As mesmas informações estão na Wikipédia e nos mapas da Secretaria de Estado do desenvolvimento Urbano. No caso da questão 13 solicita para assinalar a alternativa onde se localizam as cidades de Cascavel, Toledo, Marechal Cândido Rondon e Foz do Iguaçu. A alternativa correta é simplesmente a letra "C" – Oeste do Paraná. Manter a alternativa "C" como correta.			

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
15	<input type="checkbox"/> Manter	<input checked="" type="checkbox"/> Anular	<input type="checkbox"/> Alterar
<b>RECURSO 01</b> – As alternativas b e c são iguais portanto as duas estão corretas.			
<b>RECURSO 02</b> – Com duas opções de resposta iguais. Alternativas B e C, ambas com as respostas: VVVVF			
<b>RECURSO 03</b> – a questão está com duas respostas idênticas as afirmações "b" e "c" são as mesmas respostas .....			
<b>RECURSO 04</b> – Tem 2 respostas iguais Resposta letra B Resposta letra C Então se a letra B for a resposta correta a resposta C também será pois são idênticas!			

**RECURSO 05** – Apresento o recuso em consonância com o gabarito que apresenta a alternativa B como correta, sendo que a alternativa C, também cumpre os requisitos. Tendo em vista o gabarito não oficial, ímpeto recuso para que ambas as alternativas, B e C dão-se por corretas, preservando assim a classificação dos candidatos. Uma vez que anulada a questão, os candidatos que por ventura que não jugaram as mesmas como corretas, serão os únicos beneficiados.

**RECURSO 06** – A alternativa correta "B" é exatamente igual a alternativa "C"

**RESPOSTA AO RECURSO:** De fato as alternativas "B" e "C" têm a mesma sequência, ou seja, estão idênticas. A alternativa "B" deveria ter a sequência V-V-V-F-V e a alternativa "C" a sequência V-V-V-V-F e assim restaria como correta apenas alternativa "C". As afirmativas I, II, III e IV de fato ocorreram exatamente como está afirmado. No caso da afirmativa V não foi liberado **a total** cobrança de pedágios, fato que ocorreu em apenas algumas praças de pedágios por força do movimento. Portanto, em função das alternativas "B" e "C" estarem idênticas demonstra que as duas estão corretas. Como o edital do Concurso diz que apenas uma deve ser a correta, a questão será anulada.

### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO DE AGENTE UNIVERSITÁRIO OPERACIONAL

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
<b>22</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Manter	<input type="checkbox"/> Anular	<input type="checkbox"/> Alterar
<b>RECURSO 01</b> – independente da utilização ou contaminação da área do piso a limpeza deve ser feita pela orientação do encarregado			
<b>RESPOSTA AO RECURSO:</b> O recurso não se aplica à questão 22. Manter questão.			

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
<b>23</b>	<input type="checkbox"/> Manter	<input checked="" type="checkbox"/> Anular	<input type="checkbox"/> Alterar
<b>RECURSO 01</b> – A questão em sim não fala sobre o tipo de piso ou q setor seria e a Unioeste não tem regras especifica pra limpeza			
<b>RECURSO 02</b> – A questão diz a limpeza de pisos onde não há grande preocupação de contaminação pode ser realizada TODOS OS DIAS e no gabarito provisório diz a alternativa B por tanto eu Alexandre wu discordo totalmente esta resposta do gabarito por tanto peço o deferimento e a revisão nesta pergunta.			
<b>RECURSO 03</b> – De acordo com o Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" pelos discentes FERNANDA MARIA DE BRITO CUNHA, FLÁVIO AUGUSTO BERNARDES DA SILVA, MARCO ANTONIO CORREA ALFREDO, RENATA DE CAMPOS RICCI e orientado pela Prof <sup>a</sup> . Dra. Juliana Campos Junqueira, que se refere ao MANUAL DE BOAS PRÁTICAS PARA O SERVIÇO DE LIMPEZA – ABORDAGEM TÉCNICA E PRÁTICA, a limpeza em áreas EXTERNAS deverá ser feita 2 vezes por semana, em locais comuns (internos) sem risco de contaminação 1 vez ao dia, por consequência a inexistência da especificação onde será efetuada a limpeza em área EXTERNA ou LOCAL COMUM fica impossibilitado o candidato a identificar a melhor resposta.			

**RESPOSTA AO RECURSO:** Recurso aceito. Invalidar questão.

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
	24	( ) Manter	(X) Anular
<b>RECURSO 01</b> – Na questão 24: Na coleta de lixo, não é correto. R: Lavar as lixeiras diariamente e sempre que necessário. Sugere-se que as lixeiras não podem ser lavadas? Peço anulação.			
<b>RECURSO 02</b> – Peço anulação da questão, pois não considero correto, a não lavagem das lixeiras diariamente e sempre que necessário, como sugere o enunciado, e segundo a resposta dada pelo gabarito.			
<b>RECURSO 03</b> – A questão é totalmente errada pois se a lixo a contaminação então por isto deve se aplicar limpeza diária e sempre q necessário é correto si			
<b>RECURSO 04</b> – A QUESTAO 24 DIZ NA COLETA DE LIXO NÃO É CORRETO:A RESPOSTA CORRETA É A LETRA B POIS NO GABARITO PROVISORIO DIZ A ALTERNATIVA C pois eu Alexandre discordo totalmente do gabarito a resposta .Por tanto peço o deferimento e a revisão da questão..			
<b>RECURSO 05</b> – De acordo com questão realizada pela banca quanto a coleta de lixo não é correto lavar as lixeiras diariamente e sempre que necessário, porem de acordo com o CONASS (Conselho Nacional de Secretários de Saúde) em seu manual de higienização e limpeza esta técnica está correta. SEGUIE LINK PARA VERIFICAÇÃO. <a href="http://www.conass.org.br/liacc/manual-de-higienizacao-e-limpeza/">http://www.conass.org.br/liacc/manual-de-higienizacao-e-limpeza/</a>			
<b>RECURSO 06</b> – a questão não é clara, pois não especifica qual lixo é recolhido, orgânico ou seco			
<b>RECURSO 07</b> - Encontro problema na questão que pede para marcar a alternativa que não corresponde um procedimento a ser realizado na coleta de lixo. Foi aponta como correta a alternativa "C. Lavar as lixeiras diariamente e sempre que necessário" segundo gabarito oficial, entretanto em vários manuais e normativas definem como correto que os sacos de lixos deverão ser trocados ao atingir 2/3 de sua capacidade, e não a metade como descrito na alternativa "B. Os sacos de lixo deverão ser trocados ao atingir metade de sua capacidade", assim sugiro a anulação da questão ou correção do gabarito. Conforme - RDC Nº 222, DE 28 DE MARÇO DE 2018, Art. 14 Os sacos para acondicionamento de RSS do grupo A devem ser substituídos ao atingirem o limite de 2/3 (dois terços) de sua capacidade. Link: <a href="http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/3427425/RDC_222_2018_.pdf/c5d3081d-b331-4626-8448-c9aa426ec410">http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/3427425/RDC_222_2018_.pdf/c5d3081d-b331-4626-8448-c9aa426ec410</a> Na prova para o cargo Auxiliar Operacional de Serviços Diversos realizado pela banca Crescer Concurso, em que também contém a mesma questão com as mesmas alternativas que a UNIOESTE, o gabarito aponta como procedimento que não deve ser realizado na coleta de lixo a retirada de saco de lixo ao atingir metade de sua capacidade. Questão 24, página 6. Link prova: <a href="http://www.crescerconcursos.com.br/files/2018/03/05/auxiliar-operacional-de-servicos-diverso-1520277569.pdf">http://www.crescerconcursos.com.br/files/2018/03/05/auxiliar-operacional-de-servicos-diverso-1520277569.pdf</a> Link gabarito: <a href="http://www.crescerconcursos.com.br/files/2018/03/06/gabarito-preliminar-1520354715.pdf">http://www.crescerconcursos.com.br/files/2018/03/06/gabarito-preliminar-1520354715.pdf</a> ABNT-Associação Brasileira de Normas Técnicas Manuseio de resíduos de			

serviços de saúde - NBR 12809/1993 4.2 Manuseio e acondicionamento 4.2.2.2 Todo recipiente tem que ser fechado quando 2/3 de sua capacidade estiverem preenchidos  
 Link: <http://www.vigilanciasanitaria.sc.gov.br/index.php/download/category/119-saude-ambiental?download=768:nbr-n-12-809-1997-manuseio-de-residuos-de-servico-de-saude> PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO PARA OS TRABALHADORES DE SERVIÇO DE LIMPEZA da Secretaria Municipal de Londrina (2016) Referente a coleta de lixo, define no item 2, que: página 36 2) As lixeiras deverão ser esvaziadas ao atingir 2/3 de sua capacidade;. Link: [http://www1.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/sec\\_saude/protocolos\\_clinicos\\_saude/pop\\_limpeza.pdf](http://www1.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/sec_saude/protocolos_clinicos_saude/pop_limpeza.pdf)

**RESPOSTA AO RECURSO:** Recurso aceito. Invalidar questão.

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
	25	( ) Manter	(X) Anular
<b>RECURSO 01</b> – Segundo a questão, a lavagem de paredes não se pode utilizar como material de limpeza, "pano macio". Porém, pode se utilizar escova abrasiva para limpeza de paredes? Sabe-se que escova abrasiva é utilizada para remoção de impurezas deixadas por solda ou por pintura em materiais metálicos. Por esta razão, peço a anulação da questão.			
<b>RECURSO 02</b> – Peço anulação da questão, pois não considero correto o uso de escova abrasiva para limpeza de paredes, e sim, segundo a resposta do gabarito, o não uso de pano macio. Sabe-se que escova abrasiva é utilizada para remoção de impurezas deixadas por solda ou por pintura em superfícies metálicas.			
<b>RECURSO 03</b> – Vocês pesquisadores sabem o q é uma escova abrasiva por favor a questão tá errada só pesquise o q é escova abrasiva			
<b>RECURSO 04</b> – Diz que a resposta correta seria a resposta C ! Porém diz na pergunta qual material não deverá utilizar! Resposta C é pano macio, porém a resposta A é escova abrasiva! Escova abrasiva é um material de aço não teria como utilizar na lavagem de uma parede, pois ela também é utilizada para remover ferrugens! Aguardo recurso !			
<b>RECURSO 05</b> – Na questão 25 a pergunta é quando um auxiliar operacional vai realizar uma lavagem de uma parede qual material o trabalhador NÃO deverá utilizar é obvio a alternativa A escova abrasiva pois se utilizar uma escova abrasiva vai sair a cor da parede e vai ficar tudo riscado a parede da sala de aula e já no gabarito diz a resposta C e discordo totalmente da resposta do gabarito. Por tanto peço a revisão da questão e o deferimento da questão.			
<b>RECURSO 06</b> – <a href="http://www.crescerconcursos.com.br/files/2018/03/05/auxiliar-operacional-de-servicos-diverso-1520277569.pdf">http://www.crescerconcursos.com.br/files/2018/03/05/auxiliar-operacional-de-servicos-diverso-1520277569.pdf</a> <a href="http://www.crescerconcursos.com.br/files/2018/03/08/b685d5811ae29abb26eb2d504eb75fcc.pdf">http://www.crescerconcursos.com.br/files/2018/03/08/b685d5811ae29abb26eb2d504eb75fcc.pdf</a> . Segue em anexo dois links de uma prova para auxiliar operacional e serviços gerais realizada no maranhão onde a mesma questão foi colocada pela banca, porém a resposta difere da prova deste processo seletivo. Não existe especificação quanto ao tipo revestimento da parede, se é interna ou externa, então não existe possibilidade de			

definir qual material ou técnica ser usado. Para agilidade na consulta nos links, esta questão no outro processo seletivo é a número 18, envie prova e gabarito.

**RECURSO 07** – A limpeza da parede requer cuidados por conta da pintura, e não foi especificado qual era a textura da parede

**RESPOSTA AO RECURSO:** Recurso aceito. Invalidar questão.

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
27	<input type="checkbox"/> Manter	<input type="checkbox"/> Anular	<input checked="" type="checkbox"/> Alterar para Letra "D"
<b>RECURSO 01</b> – A questão pede que na limpeza de vasos sanitários, NÃO se deve esfregar cuidadosamente todo o interior do vaso com vassoura para atingir o mais fundo possível. O enunciado não distingue o tipo de vassoura. Sabe-se que escova sanitária, também é denominada como vassourinha. Peço anulação.			
Peço anulação da questão, pois no enunciado pede que na limpeza de sanitários, não se deve: Esfregar o interior do vaso com vassoura CUIDADOSAMENTE para atingir o mais fundo possível. Considero a resposta improcedente.			
De acordo com a banca essa questão está incorreta quanto a esfregar cuidadosamente todo interior do vaso com vassoura para atingir o mais fundo possível, porem de acordo com o CONASS (Conselho Nacional de Secretários de Saúde) em seu manual de higienização e limpeza, este método para limpeza de sanitários está correto, ou seja a técnica pode ser efetuada. SEGUIE LINK PARA CONSULTA DO MANUAL DE HIGIENIZAÇÃO DE LIMPEZA DO CONASS. <a href="http://www.conass.org.br/liacc/manual-de-higienizacao-e-limpeza/">http://www.conass.org.br/liacc/manual-de-higienizacao-e-limpeza/</a>			
A alternativa correta B afirma que não é certo utilizar a vassoura na limpeza dos sanitários, porém a alternativa C, também diz que é correto utilizar a vassoura na limpeza do sanitário			
<b>RESPOSTA AO RECURSO:</b> Acatado o recurso, a resposta correta é a letra D.			

QUESTÃO:	RESULTADO DA QUESTÃO:		
28	<input checked="" type="checkbox"/> Manter	<input type="checkbox"/> Anular	<input type="checkbox"/> Alterar
<b>RECURSO 01</b> – A prova é específica de zelador está questão se aplica a função de jardineiro está errado um absurdo			
<b>RECURSO 02</b> – A questão 28 diz assim como deve ser periodicamente feito o controle de plantas invasoras nos canteiros e no gabarito diz a letra B é arrancar as plantas invasoras manualmente mais com a doença que a planta possui pois discordo totalmente da resposta do gabarito o correto é aplicar herbicidas na plantas invasoras e depois que morrer ai sim arrancar manualmente e não arrancar direto a planta contaminado com a doença viva.Por tanto peço revisão da questão e o deferimento da pergunta.			
<b>RESPOSTA AO RECURSO:</b> A prova se trata de processo seletivo para Agente Universitário Operacional - Auxiliar Operacional. No edital Nº 032/2018-GRE, na descrição sumária das tarefas que compõem a função página 42, estão descritas as funções de zeladoria e			

jardinagem entre outras, não sendo, portanto, prova específica. A resposta correta é a letra B, arranquio manual, não se ver usar herbicidas uma vez que estes produtos são controlados.